

PREGÃO ELETRÔNICO nº 043/2012	
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 6ª REGIÃO	
Processo TRT6 nº 101/2012	
SETOR	COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – CLC
BASE LEGAL	Leis nºs 10.520/02 e 8.666/93, Lei Complementar nº 123/06 e Decretos nºs 6.204/07, 5.450/05 e 3.931/01.
TIPO	MENOR PREÇO.
OBJETO	Registro de Preços para eventual fornecimento com instalação de 01 (um) elevador tipo passageiros, sem casa de máquinas, para o Fórum Trabalhista da cidade de Paulista/PE.
ENCERRAMENTO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 11 horas do dia 27 de dezembro de 2012.	
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: dia 27 de dezembro de 2012 às 15 horas.	
REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília /DF	
FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL: - Site: www.trt6.jus.br (links: Transparência – Contas Públicas – Licitações em andamento) - E-mail: cpl@trt6.jus.br - Fones: (81) 3225-3445 / 3225-3446 / FAX: (81) 3225-3444 - Endereço: Tribunal Regional do Trabalho – 6ª Região, Cais do Apolo nº 739, 3º andar, Coordenadoria de Licitações e Contratos – CLC, Bairro do Recife, Recife/PE, CEP:50.030-902	
LOCAL: www.trt6.jus.br – Licitações	

Retire o edital gratuitamente e acompanhe esta licitação e seus atos na internet pelos portais www.trt6.jus.br e www.licitacoes-e.com.br



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 6ª REGIÃO
Coordenadoria de Licitações e Contratos / CLC
Cais do Apolo nº 739 – 3º andar – Recife/PE – CEP 50.030-902
Fones: (81) 3225.3445 / 3225.3447 – FAX: (81) 3225.3448

PREGÃO ELETRÔNICO TRT6 nº 043/2012

Processo nº 101/2012

O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 6ª REGIÃO, situado no endereço em epígrafe, por meio do Pregoeiro designado pela Portaria nº TRT-GP– 066/2012 de 03/08/2012, torna público para o conhecimento dos interessados, que realizará PREGÃO, por meio de sistema eletrônico, do tipo MENOR PREÇO, regido pela Lei nº 10.520/2002, pela Lei nº 8.666/93, pela Lei Complementar nº 123/06, pelos Decretos nºs 5.450/2005 e 2.271/97 e consoante as condições deste Edital e seus Anexos.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio dos membros da equipe de apoio, previamente credenciados no aplicativo “Licitações”, constante da página eletrônica do Banco do Brasil S.A. (www.licitacoes-e.com.br), cujo monitoramento e inserção de dados gerados ou transferidos utilizam recursos de criptografia e autenticação que garantem condições de segurança em todas as etapas do certame.

A sessão de abertura de propostas ocorrerá no dia **27.12.2012** às **11:00 horas**, fixando-se, ainda, esse mesmo dia, às **15:00 horas**, para a sessão de lances.

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data fixada no subitem anterior, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro, fixando outra data.

Os participantes deste Pregão terão como referencial de tempo obrigatoriamente o horário de Brasília/DF.

1.0 – DO OBJETO

1.1 – O objeto da presente licitação consiste no Registro de Preço para eventual fornecimento, com instalação, de 01 (um) elevador, tipo passageiro, sem casa de máquinas, para o Fórum Trabalhista da cidade de Paulista/PE, de acordo com o Anexo I deste Edital.

1.2 – Os representantes das empresas licitantes, munidos da respectiva procuração ou documento que comprove a condição de representante legal, deverão solicitar a Seção de Projetos deste Tribunal, uma cópia do projeto arquitetônico, visando à elaboração de projeto técnico para instalação do equipamento.

1.3 – Os representantes das empresas licitantes deverão vistoriar o local de instalação e conferir os dados constantes do Termo de Referência e seus anexos.

1.3.1 – A vistoria deverá ser realizada até o dia anterior à data da sessão de abertura de propostas, devendo ser agendada previamente junto a Coordenadoria de Engenharia de Manutenção – CEMA, sito no Cais do Apolo, 739, 1º andar, Bairro do Recife, Recife/PE, Fone: 81-3225-3449 ou 3225-3450.

1.3.2 – O representante do licitante deverá comparecer ao local onde serão executados os serviços de instalação do equipamento, a fim de vistoriar as condições “in loco”, em dias úteis, no horário de 9:00 às 14:00 horas, assinando o Termo de Comprovante de Vistoria, documento a ser atestado pelo Coordenador de Engenharia de Manutenção – CEMA ou o(a) Diretor(a) do Fórum Trabalhista de Paulista/PE.

1.3.2.1 – A vistoria técnica do local de instalação deve ser feita individualmente, com cada um dos licitantes em data e horário definidos nos termos do subitem 1.3.2 deste edital, inviabilizando conhecimento prévio acerca do universo de concorrentes.

1.3.3 – Eventuais diferenças nos quantitativos estimados verificadas durante a execução dos serviços (e que possam ocasionar acréscimo ao custo estabelecido na proposta) serão de exclusiva responsabilidade da empresa contratada, que a este título não terá direito a indenização do contratante.

1.4 – A declaração da licitante de que conhece as condições locais para instalação do objeto deste certame supre a necessidade de visita técnica.

1.5 – Esclarecimentos técnicos acerca do Termo de Referência e seus anexos poderão ser obtidos na Coordenadoria de Engenharia de Manutenção (CEMA), localizado no Edifício Sede do TRT 6ª Região (Cais do Apolo, 739, 1º andar, Bairro do Recife, nesta cidade) ou pelos telefones (81) 3225-3449 ou 3225-3450.

1.5 – Integram este edital os seguintes anexos:

Anexo I	Termo de Referência
Anexo II	Exigências para Habilitação
Anexo III	Modelo Declaração referente ao inc. VII do Art.4º da Lei 10.520/2002
Anexo IV	Modelo Declaração do cumprimento ao Art.27, inc. V da Lei 8.666/93
Anexo V	Modelo Declaração para microempresa e empresa de pequeno porte
Anexo VI	Modelo de Proposta de Preços
Anexo VII	Modelo de Declaração de Vistoria
Anexo VIII	Minuta da Ata de Registro de Preços
Anexo IX	Minuta do Contrato

2.0 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1 – Poderão participar deste Pregão quaisquer licitantes que:

2.1.1 – exerçam atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

2.1.2 – atendam aos requisitos mínimos de classificação das propostas exigidos neste edital;

2.1.3 – comprovem possuir os documentos de habilitação exigidos no Anexo II deste Edital.

2.2 – Não poderão participar deste Pregão empresas:

2.2.1 – que estejam suspensas de participar de licitação realizada pelo Tribunal Regional do Trabalho – 6ª Região;

2.2.2 – que estejam declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

2.2.3 – estrangeiras que não funcionem no país;

2.2.4 – que tenham funcionário ou membro da Administração do Tribunal Regional do Trabalho – 6ª Região, mesmo subcontratado, como dirigente, acionista detentor de mais de 5% do capital com direito a voto, controlador ou responsável técnico;

2.2.5 – concordatárias, em processo de falência, sob concurso de credores, dissolução, em liquidação ou em recuperação judicial;

2.2.6 – que possuam em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou com menos de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos (Inciso XXXIII, art. 7º, da Constituição Federal);

2.2.7 – em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

3.0 – DA FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS

3.1 – Observado o prazo legal de 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, o fornecedor poderá solicitar esclarecimentos exclusivamente por meio eletrônico, via internet, formalização de consulta por e-mail: cpl@trt6.jus.br, fazendo constar o número deste Pregão Eletrônico - Pr-e nº 043/2012.

4.0 – DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

4.1 – O certame será conduzido pelo Pregoeiro (coordenador), que terá, em especial, as seguintes atribuições:

4.1.1 – coordenar o processo licitatório;

4.1.2 – receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração;

4.1.3 – conduzir a sessão pública na internet;

4.1.4 – verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;

4.1.5 – dirigir a etapa de lances;

4.1.6 – verificar e julgar as condições de habilitação;

4.1.7 – receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando-os à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

4.1.8 – indicar o vencedor do certame;

4.1.9 – adjudicar o objeto quando não houver recurso;

4.1.10 – conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e

4.1.11 – encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

5.0 – DO CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO “licitacoes-e” DO BANCO DO BRASIL S.A.

5.1 – Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, obtidas através das Agências do Banco do Brasil S.A., sediadas no País.

5.1.1 - A informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do site www.licitacoes-e.com.br, opção "Acesso Identificado".

5.2 – A chave de identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Banco, devidamente justificada.

5.3 – As pessoas jurídicas ou firmas individuais deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no licitações-e.

5.4 – Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto ou contrato social no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

5.5 – É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao TRT da 6ª Região ou ao Banco do Brasil S.A. a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.6 – O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

5.7 – É de inteira e exclusiva responsabilidade do pretense licitante o acesso à senha, aos dados, à chave de identificação, bem como o envio das propostas até a data e horário limite para o acolhimento.

6.0 – DA PARTICIPAÇÃO

6.1 – A participação no certame se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado, e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico no site www.licitacoes-e.com.br, opção "Acesso Identificado", observando data e horário limite estabelecidos.

6.2 – Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.3 – Caberá ao fornecedor toda diligência necessária no momento do cadastramento de sua proposta, sobretudo no tocante a antecedência necessária em relação à data prevista para abertura das propostas.

6.3.1 – Caberá, ainda, ao licitante, em caso de intercorrências no sistema, direcionar sua ocorrência, em tempo hábil, ao suporte técnico do Banco do Brasil por meio dos telefones 3003-0500 (Capitais e Regiões Metropolitanas) e 08007290500 (Demais Regiões).

6.3.2 – Não serão consideradas quaisquer reclamações posteriores, inclusive, pedido de desistência de propostas, decorrentes da não observância do disposto nos subitens acima.

6.4 – Caso haja desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

6.4.1 – Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

7.0 – DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS DE PREÇOS

7.1 – O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento das exigências de habilitação previstas no edital e seus anexos.

7.1.1 – O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

7.2 – Ao apresentar sua proposta e ao formular lances, o licitante concorda que o objeto ofertado atenderá a todas as especificações constantes do ANEXO I deste edital.

7.3 – A proposta cadastrada no campo próprio do sistema (www.licitacoes-e.com.br) deverá conter:

7.3.1 – A indicação da modelo e fabricante do elevador.

7.3.2 – O valor total do lote cotado, expresso em moeda corrente nacional (R\$ - Real).

7.3.2.1 – Considerar-se-ão inclusos no preço apresentado todos os tributos, fretes e encargos, enfim todas as despesas inerentes ao atendimento das condições contidas neste edital e na proposta.

7.3.3 – Prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data marcada para abertura do certame.

7.3.4 – Prazo de entrega conforme Anexo I do Edital (Termo de Referência).

7.3.5 – Prazo de garantia conforme Anexo I do Edital (Termo de Referência).

7.3.6 – A omissão do previsto nos subitens 7.3.1 e 7.3.2, implicará a desclassificação da proposta, sempre que os dados informados não permitirem a aferição da compatibilidade da proposta com o objeto licitado.

7.3.7 – A omissão dos prazos indicados nos subitens 7.3.3 a 7.3.5 não implicará a desclassificação da proposta, mas a aceitação tácita dos prazos referidos.

7.4 – É facultada a inclusão de Anexo (arquivo), no campo próprio do sistema eletrônico, para maiores informações acerca do equipamento cotado sendo vedada a identificação da licitante.

7.4.1 – Quaisquer elementos, tais como: número de telefone/fax, endereço de e-mail, número do CNPJ, dados bancários etc., que possa identificar o licitante importará a desclassificação da proposta.

7.4.2 – O arquivo deverá ser anexado, quando for o caso, no formato PDF, ou desenvolvido na versão Office 2003.

7.5 – Após a abertura da sessão pública, a proposta apresentada não poderá sofrer quaisquer retificações, ressalvada a hipótese de alteração de preço resultante de lance.

7.6 – A desclassificação de proposta de preço será fundamentada e, registrada no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.7 – O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.0 – DA ABERTURA DAS PROPOSTAS

8.1 – A partir do horário previsto no edital, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, pelo site já indicado no subitem 6.1.

8.2 – A presente licitação classifica-se pelo critério de MENOR PREÇO, desde que atendidas as especificações constantes neste Pregão.

8.3 – Será verificada a conformidade das propostas apresentadas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório, sendo desclassificadas pelo Pregoeiro as que estiverem em desacordo.

8.3.1 – Será desclassificada a proposta que:

8.3.1.1 – apresentar defeito capaz de dificultar o julgamento;

8.3.1.2 – contrariar disposição constante deste Edital ou das normas legais previstas no preâmbulo deste edital;

8.3.1.3 – prever majoração do preço cotado em razão de expectativa inflacionária ou variação cambial;

8.3.1.4 – apresentar uma segunda opção ou custo adicional;

8.3.1.5 – houver identificação do licitante;

8.3.1.6 – for reprovada pela análise fundamentada da unidade técnica.

8.4 – Após a fase de classificação não caberá desistência das propostas, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente, e aceito pelo Pregoeiro.

8.5 – Não havendo lances ou em qualquer outra situação, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado pela Administração para a contratação.

9.0 – DOS LANCES

9.1 – No horário previsto no edital, terá início a sessão de disputa de preços entre os licitantes classificados pelo pregoeiro.

9.1.1 – Os lances deverão ser oferecidos pelo PREÇO GLOBAL.

9.1.1.1 – Qualquer forma de apresentação da proposta eletrônica de preços, em desacordo com o subitem acima, implicará a desclassificação desta no certame.

9.2 – Os licitantes classificados deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

9.2.1 – Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

9.2.2 – O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.2.3 – Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

9.3 – Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

9.4 – O tempo normal da etapa de lances será encerrado, a critério do Pregoeiro, mediante encaminhamento de aviso de fechamento dos lances e subsequente transcurso do prazo de até 30 (trinta) minutos aleatoriamente, findo o qual estará encerrada definitivamente a recepção de lances.

9.5 – Após a fase de lances, o procedimento de “empate” será detectado automaticamente pelo sistema. Se a proposta melhor classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

9.5.1 – a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá, no prazo de 05 (cinco) minutos após a convocação, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;

9.5.2 – não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no subitem 9.5, a seguir, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

9.5.3 – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no limite estabelecido no subitem 9.5, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.5.4 – o licitante enquadrado nos termos do subitem 9.5 deverá remeter a declaração constante no Anexo V do edital da mesma forma e no mesmo prazo do subitem 10.5 a seguir. O Pregoeiro poderá solicitar documentos que comprovem o enquadramento da licitante na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte.

9.5.4.1 – Na hipótese de não contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

9.6 – Finda a etapa de lances, será imediatamente informada a proposta de menor preço.

10.0 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

10.1 – O Pregoeiro efetuará o julgamento das propostas pelo critério de MENOR PREÇO, podendo encaminhar pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação.

10.1.1 – O limite de preços que serve de parâmetro para a aceitabilidade da proposta, inclusive quanto aos valores unitários para cada item, é parte integrante do termo de referência (Anexo I deste Edital).

10.1.2 – O licitante que ofertou o melhor lance deverá remeter, imediatamente, preferencialmente via correio eletrônico: cpl@trt6.jus.br ou pelo FAX: (81) 3225-3444, com posterior encaminhamento dos originais, no prazo de **02 (dois) dias úteis**, sob pena de desclassificação a proposta adequada ao menor valor obtido na sessão virtual de lances, contendo a descrição dos itens e todas as especificações mínimas exigidas, nos termos do Anexo I deste edital, e ainda:

10.1.2.1 – Dados cadastrais bancários (código e nome do banco e da agência, cidade e unidade federativa, número da conta).

10.1.2.2 – A conta indicada deve estar vinculada ao número de CNPJ (ou CPF) constante nos documentos juntados aos autos por ocasião da habilitação.

10.1.2.3 – Endereço e número(s) de telefone(s) e fac-símile do escritório.

10.1.2.4 – Nome completo do representante para contato.

10.1.2.5 – Dados do representante legal da empresa ou do profissional que assinará a proposta de preços: nome completo, número do RG e identificação do órgão expedidor; número do CPF; endereço residencial.

10.2 – Juntamente com a proposta deverá ser entregue a Declaração da empresa licitante de que vistoriou o local onde serão executados os serviços de instalação do elevador, devidamente assinada pelo responsável técnico da empresa, com o visto do Coordenador da CEMA ou Diretor(a) da VT de Paulista/PE (Anexo VII do edital), ou declaração de que conhece as condições locais para execução do objeto e entrega da obra, sob pena de desclassificação.

10.3 – Deverá ainda a empresa licitante, provisoriamente classificada em primeiro lugar, apresentar documentos, nos prazos previstos no subitem 10.1.2 do edital, a saber: catálogos, folders ou documento oficial do fabricante que comprovem as características mínimas do equipamento ofertado.

10.4 – Se a proposta ou lance de menor valor, não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

10.4.1 – Ocorrendo a situação a que se refere o subitem anterior, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor para este TRT 6ª Região.

11.0 – DA HABILITAÇÃO

11.1 – Encerrada a etapa de lances, examinada a aceitabilidade da melhor proposta, o Pregoeiro efetuará consultas no SICAF para comprovar a regularidade da habilitação do licitante, ocasião em que será verificado o cumprimento das demais exigências para habilitação.

11.1.1 – Para se habilitar ao certame a proponente deverá apresentar documentos relativos à habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômica e financeira, qualificação técnica (se exigível) e cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, todos relacionados no ANEXO II deste edital.

11.2 – Os documentos relativos aos requisitos de habilitação porventura não compreendidos no SICAF deverão ser remetidos imediatamente, preferencialmente, via correio eletrônico: cpl@trt6.jus.br ou pelo FAX: 81-3225-3448, com o posterior encaminhamento do original, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data da sessão de disputa de preços, sob pena de inabilitação.

11.3 – Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidões negativas.

11.3.1 – A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, e facultará ao Pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

11.5 – Se a proposta não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro, examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

11.6 – Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor e, não havendo manifestação da intenção de recorrer, ser-lhe-á adjudicado o respectivo objeto.

11.7 – Se o adjudicatário não apresentar situação regular no ato do recebimento da Nota de Empenho estará sujeito às penalidades previstas no item 21.0. Neste Caso, o Pregoeiro ainda examinará a oferta subsequente e a habilitação do respectivo proponente, sucessivamente, observada a ordem de classificação, até encontrar uma que atenda ao edital de licitação, quando procederá às negociações para redução do preço ofertado.

12.0 – DA HOMOLOGAÇÃO

12.1 – Caberá ao Pregoeiro adjudicar o objeto ao licitante vencedor, submetendo-o à homologação.

12.1.1 – Na hipótese de interposição de recurso, caberá a autoridade superior a adjudicação do objeto deste certame à empresa vencedora após, decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados.

13.0 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 – Após a homologação do resultado desta licitação, o TRT 6ª Região convocará o proponente vencedor para a assinatura da ata de registro de preços (Anexo VIII).

13.2 – Após convocação, a ata deverá ser devolvida, devidamente assinada, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, prorrogável uma única vez, a critério do TRT 6ª Região, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 28 do Decreto nº 5.450/05 e das penalidades contidas no item 21.0 deste edital.

13.3 – Ao assinar a ata de registro de preços, a empresa beneficiária obriga-se, mediante recebimento de nota de empenho, a fornecer os bens a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste edital, em seus anexos e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital.

13.4 – A ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador.

13.5 – Os órgãos e entidades que não participarem do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

13.5.1 – Caberá ao fornecedor, beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

13.5.2 – As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na ata de registro de preços.

13.6 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.7 – Se o licitante vencedor recusar-se a assinar a ata de registro de preços ou a contratar com a Administração quando da efetiva aquisição e, conseqüentemente, não cumprir as obrigações contraídas, serão convocados os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, conforme previsto neste edital.

13.8 – Na convocação dos licitantes remanescentes, será observada a classificação final da sessão originária do pregão, devendo o convocado apresentar os documentos de habilitação cujas validades tenham-se expirado no prazo transcorrido da data da primeira sessão.

13.9 – Os licitantes remanescentes se obrigam a atender a convocação e a assinar a ata de registro de preços, no prazo fixado pelo TRT 6ª Região, ressalvados os casos de vencimento das respectivas propostas.

14.0 – DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1 – A ata de registro de preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

14.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao TRT 6ª Região (órgão gerenciador) promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

14.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o TRT 6ª Região (órgão gerenciador) deverá:

14.1.2.1 – Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado. Fracassada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

14.1.2.2 – Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

14.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o TRT da 6ª Região (órgão gerenciador) poderá:

14.1.3.1 – Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

14.1.3.2 – Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

14.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o TRT 6ª Região (órgão gerenciador) deverá proceder à revogação da ata de registro, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

15.0 – DA VIGÊNCIA DO REGISTRO DE PREÇOS

15.1 - O prazo de vigência do registro de preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura da ata.

16.0 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

16.1 – O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

16.1.1 – descumprir as condições da ata de registro de preços;

16.1.2 – não retirar a respectiva ordem de fornecimento, nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

16.1.3 – não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; e

16.1.4 – tiver presentes razões de interesse público.

16.2 – O cancelamento de registro nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado, por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

16.3 – O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.

17.0 – DA CONTRATAÇÃO

17.1 – Será contratada a empresa classificada cuja proposta tenha sido homologada e, regularmente, tenha sido assinada a Ata de Registro de Preços.

17.2 – O instrumento contratual, cuja minuta é parte integrante deste edital (Anexo IX), será lavrado pelo Tribunal Regional do Trabalho – 6ª Região, devendo a empresa licitante vencedora comparecer no prazo de até 05 (cinco) dias, após convocada, para assinar o respectivo contrato.

17.3 – Será gestor do presente contrato o Coordenador de Engenharia de Manutenção do Contratante e, nas suas ausências legais e regulamentares, o seu substituto legal, cabendo-lhe as atribuições e responsabilidades do art. 67 da Lei nº. 8.666/93, sem prejuízo das sanções administrativas e penais cabíveis.

17.4 – É vedada a contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, de ocupantes de cargo de direção e assessoramento ou de magistrados vinculados ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, nos termos do artigo 3º da Resolução n. 07/2005 do Conselho Nacional de Justiça e do Artigo 7º do Decreto Nº 7.203/10, nos moldes do Anexo IX deste edital.

17.5 – Não poderão ser contratadas as empresas que estejam inscritas no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pelo Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Portaria nº 540/2004;

17.6 – Previamente à contratação, a licitante deverá apresentar declaração onde conste que não foi condenada (ou seus dirigentes) por infringência às leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão dos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017/2004 e das Convenções da Organização Internacional do Trabalho – OIT nºs 29 e 105, mediante declaração;

17.7 – A empresa contratada deverá comunicar ao Contratante (Gestor do Contrato) a data efetiva da entrega do elevador, nos termos do Anexo I do edital.

17.8 – O recebimento será considerado provisório até a verificação da conformidade do produto entregue com as especificações do objeto licitado. Só então será atestada a nota fiscal (recebimento definitivo).

17.9 – É vedada a subcontratação para a execução do objeto desta licitação.

18. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO

18.1 – A CONTRATADA terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para entregar o Projeto de Execução e Cronograma físico-financeiro da entrega do equipamento e execução dos serviços, quando então fará jus ao recebimento do valor de 20% (vinte por cento) do valor do CONTRATO, contados da data de sua assinatura.

18.2 – Os 80% (oitenta por cento) do valor do CONTRATO restantes serão divididos da seguinte forma: 30% (trinta por cento) na entrega do objeto no local da instalação, incluídos o equipamento adquirido e objeto do contrato e todos os itens necessários a montagem; e 50% (cinquenta por cento) restantes, na entrega definitiva do equipamento instalado, funcionando, com os acabamentos (civil, elétrico e mecânico) e testes concluídos de manuais/orientações sobre o funcionamento do equipamento e o atesto da fatura, sem ressalvas, pelo CEMA.

18.3 – O prazo de entrega do equipamento, itens de montagem e execução total dos serviços de instalação é de, no máximo, 150 (cento e cinquenta) dias corridos, contados a partir da data da liberação da Ordem de Serviço emitida pelo Gestor do Contrato.

18.4. O Gestor do contrato providenciará o recebimento definitivo, com todas as medições (tensão, corrente, velocidade) tudo de acordo com a legislação pertinente, devendo, quando concluídos os serviços, o local encontrar-se completamente limpo, sem manchas ou crostas de qualquer tipo.

19.0 – DO PAGAMENTO

19.1 – O pagamento será efetuado nos termos que constam na minuta de contrato (Anexo IX).

19.3 – Caso o contratante ultrapasse o prazo estipulado para pagamento, e desde que tenha dado causa ao atraso, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida por este Tribunal, entre o prazo acima referido e a data correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, terá a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,0001644$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

19.4 – A compensação financeira prevista neste subitem será incluída na fatura/nota fiscal seguinte ao da ocorrência.

20.0 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1 – A despesa correspondente ao objeto licitado tem por classificação: Elemento de Despesa: 4490.51.92 – Instalações e Programa de Trabalho: 02.061.0571.4256.0001 (Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho) do orçamento deste TRT 6ª Região.

21.0 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS

21.1 – Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar o ato convocatório do pregão eletrônico.

21.2 – Após a declaração do vencedor, no momento imediatamente seguinte à sessão de lances, o Pregoeiro abrirá prazo de 30 (trinta) minutos durante o qual qualquer licitante inconformado com a decisão do pregoeiro deverá registrar, de imediato, em campo próprio do sistema, os motivos de sua intenção de recorrer, sob pena de decadência, sendo-lhe, então, concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões do recurso. Os interessados ficam, desde logo, intimados para apresentarem contrarrazões em igual prazo, contados do término do prazo do recorrente.

21.2.1 – Na impossibilidade de conclusão do certame nos termos do subitem anterior, o Pregoeiro concederá posteriormente, quando da declaração de vencedor, prazo não inferior a 24 (vinte e quatro) horas, para o registro em campo próprio do sistema dos motivos da intenção de recurso, procedendo-se a partir de então conforme disposição do subitem 21.2 deste edital.

21.2.1.1 – Não será acatada a manifestação da intenção de recorrer realizada fora dos prazos estabelecidos nos subitens 21.2 e 21.2.1.

21.3 – Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando razoavelmente não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.

21.4 – As razões e as contrarrazões de recurso deverão ser dirigidas ao Pregoeiro, o qual deverá receber; examinar; decidir e, conforme o caso submetê-las à autoridade competente que decidirá sobre a pertinência.

21.5 – As razões e contrarrazões bem como a impugnação ao instrumento convocatório poderão ser enviadas por meio do correio eletrônico: cpl@trt6.jus.br.

21.0 – DAS PENALIDADES

22.1 – O licitante vencedor que descumprir as condições do presente Pregão ficará sujeito às penalidades previstas na legislação, aplicáveis na forma constante deste edital.

22.2 – A multa por inexecução total do contrato será de 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado.

22.3 – Em se tratando de inexecução parcial do contrato, observar-se á:

22.3.1 – Quando do inadimplemento parcial da obrigação principal, a multa aplicada será de 10% (dez por cento), de forma proporcional à parte inexecutada.

22.3.2 – Quando se tratar de atraso na execução do contrato, na entrega de documentos solicitados pelo CONTRATANTE ou qualquer outro descumprimento de cláusula contratual, a multa aplicada será de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia sobre o valor total do contrato até o cumprimento da obrigação principal, a entrega da documentação exigida ou o restabelecimento das condições contratuais, respeitado o limite de 5% (cinco por cento) desse valor e aplicando-se também o disposto no subitem 22.3.1, caso o inadimplemento contratual persista em relação ao mesmo fato.

22.4 – O valor da multa deverá ser recolhido diretamente à União e apresentado comprovante à Seção Financeira da Secretaria de Orçamento e Finanças deste Tribunal, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da notificação; ou pode ser abatido do pagamento a que a empresa Contratada fizer jus ou será cobrada judicialmente, nos termos do § 1º do art. 87 da Lei 8.666/93.

22.5 – A aplicação da multa a que se referem os itens 21.2 e 21.3 deste edital não exclui a possibilidade de a Administração rescindir o contrato ou aplicar a suspensão do direito de licitar com a União por um período de até cinco anos, sem prejuízo das demais cominações previstas no Decreto nº 5.450/05 e, subsidiariamente, na Lei 8.666/93.

23.0 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1 – É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que devessem constar originariamente da proposta/documentação.

23.2 – A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a Administração do TRT da 6ª Região, revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado; ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

23.3 – Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o TRT 6ª Região não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.4 – O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a anulação da Nota de Empenho, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

23.5 – Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente neste Regional.

23.6 – Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

23.7 – O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

23.8 – As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

23.9 – Em caso de divergência entre os anexos e o Edital, prevalecerá a redação do instrumento convocatório.

23.10 – O edital encontra-se disponível nos portais eletrônicos www.trt6.jus.br ou www.licitacoes-e.com.br, bem como poderá ser retirado na Coordenadoria de Licitações e Contratos, situada no Cais do Apolo, 739, 3º andar, Bairro do Recife, no horário das 8 às 17 horas.

23.11 – Os casos omissos serão decididos pelo Pregoeiro em conformidade com as disposições constantes da legislação citada neste edital.

23.12 – Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Recife, Seção Judiciária de Pernambuco para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital.

Recife(PE), 07 de dezembro de 2012.

ANA LYLIA FARIAS GUERRA
Pregoeira-substituta – Port. TRT-GP nº 066/2012

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO N°000101/2012
PREGÃO ELETRÔNICO N°043/2012

1 OBJETO

1.1 – Contratação de empresa especializada para o fornecimento com instalação de 01 (um) elevador tipo passageiros, sem casa de máquinas, no Fórum Trabalhista da cidade de Paulista/PE, mediante Sistema de Registro de Preços, objetivando aquisição futura, conforme as especificações básicas contidas neste Termo de Referência.

VALOR DE REFERÊNCIA

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	PREÇO (R\$)
01	<p>Fornecimento com instalação de 01 (um) elevador tipo passageiros, sem casa de máquinas, com capacidade para 08 (oito) passageiros ou 600 Kg.</p> <p>ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO:</p> <p>a) Quadro de comando com sistema VVVF (variação de velocidade, variação de frequência);</p> <p>b) Cabina em aço inoxidável escovado, botoeira de cabina com botões luminosos, em aço inoxidável de micro movimento com leitura em Braille, anti-vandalismo, indicador digital de posição e direção, sistema de voz indicando posição e direção, ventilador de teto apenas com o elevador em movimento, subteto tipo colméia com estrutura de aço inoxidável e iluminação adequada (lâmpadas Led), corrimão ao fundo em aço inoxidável escovado, piso em granito marrom imperial a ser fornecido e instalado por conta da CONTRATADA, luz de emergência, ramal telefônico interligado a portaria do Fórum e Secretarias das Varas.</p> <p>Botoeiras de pavimentos em aço inoxidável escovado, com botões luminosos de micro movimento, anti-vandalismo, com indicador digital de posição e direção;</p> <p>d) Sistema de no-breaks que permita o deslocamento do elevador até o andar mais próximo em caso de falta de energia elétrica;</p> <p>e) Portas de cabina e pavimentos em aço inoxidável escovado, com abertura lateral e proteção através de barreiras de infra-vermelho;</p> <p>f) Operador de portas com sistema VVVF (variação de velocidade, variação de frequência)</p> <p>g) Indicador de posição digital.</p> <p>h) Equipamento em conformidade com as normas da ABNT, NBR 9050/1994, NM 207/1999, NBR 13994/2000 e NM 313/2007 e atualizações.</p> <p>i) Equipamento deverá possuir URM (Unidade Remota de Monitoramento)</p> <p>j) Carga útil (Kg): 600 (8 passageiros), Largura interna mínima da cabina (mm): 1100, Profundidade interna mínima da cabina (mm): 1400, Abertura lateral mínima da porta (mm): 800, Abertura central mínima da porta (mm): 800, com 02(duas) paradas, térreo e primeiro andar.</p> <p>obs.: Todo o material a ser aplicado, incluindo fios, cabos, tubos de PVC, calhas, disjuntores, barramentos, hastes para aterramento, lâmpadas, etc..., deverão ser fornecidos pela contratada, que será responsável também pela instalação do aterramento que deve ser compatível e exclusivo para o equipamento.</p> <p>obs: Demais especificações constantes no Anexo I deste Termo de Referência.</p>	01	153.996,67

3.0 – JUSTIFICATIVA

3.1 – A nova edificação, que acomodará o Fórum do Trabalho de Paulista, possuirá 02 (dois) pavimentos sendo, portanto, necessário a instalação de 01 (um) elevador tipo passageiros, a ser utilizado pelos usuários daquele estabelecimento público, quais sejam, magistrados, servidores, advogados e demais jurisdicionados. Este equipamento se destina principalmente ao cumprimento da **Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000** que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Além disso, o equipamento ainda facilitará o transporte de processos e outros materiais entre o térreo e o 1º pavimento.

3.2 – A escolha deverá recair em empresa que possa ofertar minimamente a quantidade máxima exigida pelo TRT6, em face ao gerenciamento do processo e uniformidade da referida aquisição.

3.3 – Salientamos que será adotado o Sistema de Registro de Preço, em face das circunstâncias relativas à falta de disponibilidade orçamentária, já que o referido sistema possibilita a contratação com expectativas de prestação de serviço e orçamento.

4.0 – CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO

4.1 – Prazo de **entrega: máximo de 150 (cento e cinquenta) dias**, a contar da data de liberação da ordem de serviço pelo gestor contratual.

4.2 – Prazo de **garantia: mínimo de 12 (doze) meses**, a contar da data da entrega total do objeto contratado.

4.3 – Apresentação das especificações com a **indicação do modelo e fabricante do equipamento** ofertado.

4.4 – Apresentação de **catálogos técnicos, folder ou indicação de site** na internet que possibilitem a verificação de conformidade do produto ofertado com as especificações exigidas no edital.

4.5 – Documentação relativa a qualificação técnica

4.5.1. Registro no CREA (Conselho Regional de Engenharia), da empresa licitante e do responsável técnico pela execução dos serviços objeto deste Termo.

4.5.2. Comprovação da capacidade técnico-operacional – apresentação de 01 ou mais **atestados de capacidade técnica-operacional** expedido em nome da proponente, por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia – CREA da Região onde o serviço foi executado. O documento deverá comprovar que a empresa executou serviços similares em vulto e tipologia ao da presente licitação, devendo apresentar o quantitativo mínimo de 01(um) elevador tipo elétrico

4.5.3. Comprovação técnico-profissional – Para verificação da qualificação técnica a proponente deverá apresentar comprovação de que possui em seu quadro permanente ou por meio de contrato de prestação de serviços, ainda que sem vínculo trabalhista regido pela legislação civil comum, profissional de nível superior regularmente registrado no CREA da Região, que comprove a execução de serviços similares em vulto e tipologia ao da presente licitação, e que em cujo acervo conste atestado de responsabilidade técnica pela instalação de elevador.

5.0 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Os serviços deverão ser executados rigorosamente dentro das especificações contidas na proposta técnica que deverá ser apresentada pela empresa a ser contratada para o fornecimento e instalação do equipamento e os demais elementos que integram o instrumento de licitação.

5.2. Serão por conta da CONTRATADA os materiais necessários à execução de todos os serviços, assim como toda mão-de-obra, as obrigações sociais e trabalhistas, os equipamentos indispensáveis que garantam a excelência na execução dos serviços, **além da elaboração do projeto técnico e de engenharia** relacionado ao equipamento a ser instalado.

5.3. Os materiais, peças, componentes e ferramental a serem utilizados na execução dos serviços, deverão ter registro no INMETRO, quando se tratar de produto que exija o registro.

5.4. Utilizar na execução dos serviços profissionais capacitados, visando o bom desempenho dos serviços, supervisionados por um engenheiro.

5.5. Enviar seus técnicos devidamente uniformizados e identificados quando da realização das manutenções, preventivas ou corretivas.

5.6. Prover seus funcionários com os equipamentos de proteção individual (EPI'S) adequados à execução dos serviços objeto do contrato, bem como o ferramental adequado.

5.7. Fornecer, a qualquer época, os esclarecimentos e as informações técnicas que venham a ser solicitadas pelo CONTRATANTE, sobre os serviços executados, bem como sobre as condições de segurança do equipamento.

5.8. Manter seus empregados ou prestadores de serviços, quando em serviço nas instalações da contratante, sujeitos às normas disciplinares desta, sem que isto se constitua vínculo empregatício com este Regional.

5.9. As especificações somente poderão ser modificadas com autorização da fiscalização do CONTRATANTE.

5.10. Todos os demais serviços decorrentes dos daqueles contratados ficarão por conta da CONTRATADA como: traslado de materiais e equipamentos, furação em parede, solda, serragem, pintura, etc. A CONTRATADA ficará ainda responsável pelo fornecimento e fixação de todos os avisos relacionados ao uso correto e segurança do equipamento, tudo em conformidade com a legislação pertinente.

5.11. Qualquer serviço somente poderá ser considerado como extraordinário quando previamente autorizado por escrito pela fiscalização do CONTRATANTE.

5.12. Será mantido na obra um Diário de Ocorrências, fornecido pela CONTRATADA, destinado exclusivamente às anotações por parte da mesma e da fiscalização do CONTRATANTE sobre o andamento da obra, modificações, solicitações e outras ocorrências previstas em lei. Esse diário é de responsabilidade da CONTRATADA e deverá ser entregue à fiscalização do CONTRATANTE no ato do início da obra.

5.13. Para facilitar a fiscalização, a CONTRATADADA manterá na obra as especificações técnicas e demais documentos relacionados com a mesma.

5.14. Todo o material remanescente da obra, inclusive entulhos, deverão ser removidos pela CONTRATADA, que por sua vez deverá providenciar a colocação de container's para a devida remoção e descarte. Na execução dos serviços, os trabalhadores devem obedecer à política sócio-ambiental adotada neste TRT6.

5.15. A Coordenadoria de Engenharia de Manutenção disponibilizará uma cópia do projeto arquitetônico, em CD, visando a elaboração de projeto técnico para instalação do equipamento e ainda agendar junto a CEMA, visita ao local a fim de dirimir possíveis dúvidas quanto ao fornecimento e instalação do equipamento.

5.16. Os representantes das empresas deverão vistoriar o local de instalação do elevador. Fica estabelecido que o horário das visitas agendadas previamente, será em dias úteis de 9:00 às 14:00 h.

5.17. Manter durante a contratação todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação.

6.0 – DEVERES DO CONTRATANTE

6.1. Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados.

6.2. Manter local disponível para o recebimento dos materiais.

6.3. Autorizar, quando necessária, a saída de materiais a serem reparados/substituídos na sede da Contratada.

6.4. Fornecer atestados de capacidade técnica, quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais.

6.5. Providenciar a publicação do resumo do presente contrato no Diário Oficial da União – DOU.

7.0 – DO LOCAL, DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. O **local de execução dos serviços** será no Fórum Trabalhista da cidade de Paulista/PE, 1ª e 2ª Varas do Trabalho, sito à rua Sabugi, S/N – Bairro Nobre – Paulista/PE.

7.2. O **prazo para a execução total e entrega dos serviços** a ser contratado, fica estipulado em 150 (cento e cinquenta) dias CORRIDOS, a partir da data liberação da Ordem de Serviço que deverá ser emitida pelo Gestor do Contrato.

7.3. A fiscalização da CONTRATANTE providenciará o recebimento definitivo, com todas as medições (tensão, corrente, velocidade) tudo de acordo com a legislação pertinente, devendo, quando concluídos os serviços, o local encontrar-se completamente limpo, sem manchas ou crostas de qualquer tipo.

7.4. Os serviços deverão ser executados de segunda a sexta-feira de acordo com o horário estabelecido pela Convenção Coletiva de Trabalho do Sindicato da Construção Civil. A CONTRATADA poderá também efetuar os serviços nos finais de semana ou feriados, desde que devidamente autorizada pela fiscalização do CONTRATANTE.

8.0 – DO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

8.1. Assinado o Contrato, a empresa terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para entregar o Projeto de Execução e o Cronograma físico-financeiro da entrega do equipamento e execução dos serviços, quando então fará jus ao recebimento do valor de 20% (vinte por cento).

8.2. Os 80% (oitenta por cento) restantes serão divididos da seguinte forma:

8.2.1. **30% (trinta por cento)** na entrega (local de instalação) de todos os itens necessários a montagem, inclusive todo o equipamento adquirido e objeto do contrato;

8.2.2. **50% (cinquenta por cento)** restantes, na entrega do equipamento instalado, funcionando, com os acabamentos (civil, elétrico e mecânico) e testes concluídos de manuais/orientações sobre o funcionamento do equipamento e o atesto da fatura, sem ressalvas, pelo CEMA.

8.3. Fica vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço.

9.0 – GARANTIA E SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

9.1. Os serviços, equipamentos, peças e componentes, deverão ser **garantidos por um período mínimo de 12 (doze) meses**, para equipamentos e instalação, conforme **NBR NM nº 207 (dez/1999)** – Elevadores Elétricos de Passageiros – Requisitos de Segurança para Construção e Instalação, contados a partir do recebimento definitivo do objeto desta contratação e atesto da fatura pela CEMA.

9.2. Durante a **vigência da garantia** que é de no mínimo 12 (doze) meses, as peças, componentes ou quaisquer outros materiais relacionados a obra que porventura venham apresentar defeito, quebra, falha ou avaria, deverão ser imediatamente substituídos pela CONTRATADA, sem ônus para o CONTRATANTE, incluindo-se também a mão-de-obra.

9.3. A empresa a ser CONTRATADA deverá efetuar manutenções preventivas através de visitas mensais, enquanto perdurar o período de garantia **que é de no mínimo 12 (doze) meses** a contar da entrega da obra.

9.4. Com relação às **manutenções corretivas**, a CONTRATADA deverá fazer o atendimento dentro do **prazo máximo de 01 (uma) hora** e em caso de passageiro preso ou acidente esse prazo passa a ser de, no máximo, **30 (trinta) minutos** após o chamado técnico, por parte do Gestor do Contrato ou por parte do responsável pela Unidade, devendo ser ressaltado que o equipamento não poderá ficar inoperante e/ou funcionando de forma precária por **período superior a 72 (setenta e duas) horas**.

9.5. Conforme o contido no subitem anterior e visando a agilidade no atendimento, a empresa a ser contratada, deverá **comprovar a existência de filial e/ou corpo-técnico** na Região Metropolitana de Recife.

9.6. O não cumprimento dos prazos estabelecidos na presente garantia acarretará uma **multa diária equivalente a 0,1% do valor do equipamento**.

10.0 – PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO

10.1. Será gestor do presente contrato o Coordenador de Engenharia de Manutenção – CEMA e, nas suas ausências legais e regulamentares, o seu substituto legal, cabendo-lhe as atribuições e responsabilidades do art. 67 da Lei nº. 8.666/93, sem prejuízo das sanções administrativas e penais cabíveis.

11.0 – ESTIMATIVA DE QUANTIDADES A SEREM ADQUIRIDAS NO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A constante no item 2 deste Termo de Referência.

12.0 – QUANTIDADE MÍNIMA DE UNIDADES A SER COTADA POR ITEM

12.1. A quantidade máxima a ser registrada para o item em conformidade com a solicitação inicial.

13.0 – SANÇÕES

13.1. A empresa vencedora estará sujeita às penalidades previstas no edital de licitação, em conformidade com disposto na Lei nº 10.520/02 e, subsidiariamente, na Lei nº 8.666/93.

14.0 – DO ANEXO

14.1. Anexo I (especificações básicas do objeto).

14.2. Anexo II (Plantas).

15.0 – PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇO

15.1. O prazo de validade do Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a contar da assinatura da ata de registro de preço.

16.0 – DO ORÇAMENTO

16.1. As despesas correspondentes ao objeto a ser licitado têm por classificação: Elemento de despesa: 4490.51.92 – Instalações e Programa de Trabalho: 02.061.0571.4256.0001 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho, do orçamento deste TRT 6ª Região.

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA – ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS PARA A INSTALAÇÃO DO ELEVADOR NO FÓRUM TRABALHISTA DA CIDADE DE PAULISTA/PE

1.1 – ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

- a) Quadro de comando com sistema VVVF (variação de velocidade, variação de frequência).
- b) Cabina em aço inoxidável escovado, botoeira de cabina com botões luminosos em aço inoxidável de micro movimento com leitura em Braille, anti-vandalismo, indicador digital de posição e direção, sistema de voz indicando posição e direção, ventilador de teto apenas com o elevador em movimento, subteto tipo colméia com estrutura de aço inoxidável e iluminação adequada, corrimão ao fundo em aço inoxidável escovado, piso em granito marrom imperial a ser fornecido e instalado por conta da CONTRATADA, luz de emergência, ramal telefônico interligado a portaria do Fórum e Secretarias das Varas.
- c) Botoeiras de pavimentos em aço inoxidável escovado, com botões luminosos de micro movimento, anti-vandalismo, com indicador digital de posição e direção.
- d) Sistema de no-breaks que permita o deslocamento do elevador até o andar mais próximo em caso de falta de energia elétrica.
- e) Portas de cabina e pavimentos em aço inoxidável escovado, com abertura lateral e proteção através de barreiras de infravermelho.
- f) Operador de portas com sistema VVVF (variação de velocidade, variação de frequência).
- g) Indicador de posição digital.
- h) Equipamento em conformidade com as normas da ABNT, NBR 9050/1994, NM 207/1999, NBR 13994/2000 e NM 313/2007 e atualizações.
- i) Carga útil (Kg): 600 (8 passageiros).
- j) Largura interna mínima da cabina (mm): 1100.
- k) Profundidade interna mínima da cabina (mm): 1400.
- l) Abertura lateral mínima da porta (mm): 800.
- m) Abertura central mínima da porta (mm): 800.

OBS.: Todo o material a ser aplicado, incluindo fios, cabos, tubos de PVC, calhas, disjuntores, barramentos, hastes para aterramento, lâmpadas, etc..., deverão ser fornecidos pela contratada, que será responsável também pela instalação do aterramento que deve ser compatível e exclusivo para o equipamento.

ANEXO II

EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

1.0 – Para se habilitar ao certame, a empresa deve apresentar a documentação relativa à habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira e cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

1.1 - Relativos à Habilitação Jurídica

1.1.1 - Documento de constituição jurídica da empresa: Registro Comercial, Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, (consolidado e/ou acompanhado de todas as alterações posteriores), em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores.

1.1.2 - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada da prova da diretoria em exercício, no Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou em cartório de Registro de Títulos e Documentos.

1.2 - Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista

1.2.1 - Certidão de regularidade relativa à Seguridade Social (CND).

1.2.2 - Certidão de regularidade relativa ao FGTS (CRF).

1.2.3 - Certidão de regularidade relativa à Fazenda Federal:

1.2.3.1 - Relativa aos Tributos Federais.

1.2.3.2 - Relativa à Dívida Ativa.

1.2.4 - Certidão de regularidade relativa à Fazenda Estadual.

1.2.5 - Certidão de regularidade relativa à Fazenda Municipal do domicílio ou sede da empresa licitante.

1.2.6 – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (Lei nº 12.440/11)

1.2.7 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, as microempresas e empresas de pequeno porte terão prazo adicional de 2 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da decisão do Pregoeiro que declarar a empresa vencedora do certame, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeitos de certidão negativa.

1.3 - Relativos à Qualificação Econômico-Financeira

1.3.1 - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

1.3.1.1 - Os documentos devem estar registrados na Junta Comercial ou, em se tratando de sociedades civis, no Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou em cartório de Registro de Títulos e Documentos.

1.3.1.2 - As empresas criadas no exercício em curso devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

1.3.1.2.1 - A boa situação financeira será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

LG = Ativo Circulante + Realizável a longo prazo
Passivo Circulante + Exigível a longo prazo

LC = Ativo Circulante
Passivo Circulante

SG = Ativo Total
Passivo Circulante + Exigível à longo prazo

1.3.1.3 – Comprovação de capital social ou patrimônio líquido correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação (exigida somente no caso do licitante apresentar resultado igual ou inferior a 01 (um) nos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente ou Solvência Geral).

1.3.2 – Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo(s) distribuidor(es) da sede (matriz) da empresa licitante nos últimos 90 (noventa) dias, contados da data designada no preâmbulo deste edital, ressalvada a hipótese em que conste a data de validade nesta certidão.

1.4 - Relativos à Qualificação Técnica

1.4.1 – Registro no Conselho Regional de Engenharia/CREA, da empresa licitante e/ou do responsável técnico pela execução dos serviços objeto deste certame.

1.4.2 – Comprovação da capacidade técnico-operacional: apresentação de 01(um) ou mais atestados de capacidade técnica-operacional expedido em nome da proponente, por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia – CREA da Região onde o serviço foi executado, que comprove que a empresa executou serviços similares em vulto e tipologia ao da presente licitação, devendo apresentar o quantitativo mínimo de 01(um) elevador tipo elétrico.

1.4.3. Comprovação técnico-profissional – Para verificação da qualificação técnica a proponente deverá apresentar comprovação de que possui em seu quadro permanente ou por meio de contrato de prestação de serviços, ainda que sem vínculo trabalhista regido pela legislação civil comum, profissional de nível superior regularmente registrado no CREA da Região, que comprove a execução de serviços similares em vulto e tipologia ao da presente licitação, e que em cujo acervo conste atestado de responsabilidade técnica pela instalação de elevador.

1.4.3.1 – A comprovação do vínculo profissional far-se-á com a apresentação de cópia da Carteira Profissional de Trabalho e Previdência Social (CTPS), da ficha de registro de empregado, do contrato de prestação de serviço ou do contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio.

1.5 – Do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal

1.5.1 – Declaração da empresa licitante de que não emprega mão-de-obra infantil, nos moldes do Anexo IV deste Edital, devidamente assinada pelo representante legal.

2.0 – Demais disposições

2.1 – A empresa licitante, devidamente inscrita no SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, regulamentado pela Instrução Normativa MARE nº 05, de 21/07/1995) poderá deixar de apresentar os documentos exigidos nos subitens 1.2.1 a 1.2.5 e 1.3.1 deste anexo, que serão pesquisados por meio eletrônico.

2.2 – Se algum documento exigido para a habilitação constar no SICAF com a validade exaurida ou com índice de liquidez igual ou inferior a 01 (um), deverá a empresa enviar a(s) respectiva(s) certidão(ões) atualizada(s) e o Balanço Patrimonial, juntamente com os demais documentos de habilitação.

2.3 – A empresa que pretender a substituição prevista no item 2.1 deste anexo deverá apresentar declaração de inexistência de fato impeditivo da habilitação e de ciência da obrigatoriedade de declarar a superveniência de tais fatos, sob pena de inabilitação (Anexo III).

2.4 – Deve ser enviado, juntamente com os documentos de habilitação, comprovação que a pessoa física que assina as declarações referidas nos itens 1.5.1 e 2.3 deste anexo está legalmente habilitada para representar a empresa licitante.

2.5 – Todos os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados:

2.5.1 – de forma legível e dentro do prazo de validade nele expresso (quando houver);

2.5.2 – se fotocópia, autenticada ou acompanhada do documento original; exceto para os documentos cuja autenticidade possa ser conferida por meio eletrônico;

2.5.2.1 – havendo algum problema operacional que impossibilite a verificação por meio eletrônico a autenticidade de algum documento, o Pregoeiro diligenciará ulteriormente.

2.6 – Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz.

2.6.1 – Caso a licitante seja uma filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto a certidão exigida no subitem 1.3.2 deste anexo.

2.6.1.1 – Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

2.7 – Não serão aceitos “protocolos de entrega” em substituição aos documentos requeridos no presente edital.

2.8 – A empresa enquadrada como Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, deverá apresentar a declaração constante no Anexo VI do edital, juntamente com os documentos que comprovem o seu enquadramento.

2.9 – A falta de quaisquer dos documentos exigidos no edital, implicará inabilitação do licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação, ressalvado o disposto no subitem 1.2.6.

ANEXO III

Modelo da declaração de inexistência de fato impeditivo da habilitação

DECLARAÇÃO

A empresa _____, CNPJ: _____, por intermédio do seu representante legalmente habilitado para tal, o(a) Sr(a). _____, portador(a) da cédula de identidade de nº _____ (órgão expedidor: _____) e do CPF nº _____, declara, sob as penas da lei, para fins de participação no procedimento licitatório Pregão Eletrônico TRT6 nº Pr-e-043/12 - Proc. TRT6 nº 101/2012, que não existe fato impeditivo de sua habilitação ao certame, estando ciente da obrigação de declarar a superveniência de tais fatos.

(local e data) _____, ____ de _____ de _____

(assinatura do representante legal) _____

OBSERVAÇÃO: Deve ser apresentado na habilitação documento que comprove que a pessoa física que assina a declaração acima está legalmente habilitada para representar a empresa licitante.

ANEXO IV

Modelo da declaração, conforme decreto nº 4.358 (de 05/09/2002)

DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão Eletrônico TRT6 nº Pr-e-43/12 - Proc. TRT6 nº 101/2012

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ (órgão expedidor: _____) e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()
(Em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

(local e data) _____, ____ de _____ de _____

(representante legal, assinatura) _____

OBSERVAÇÃO: Deve ser apresentado na habilitação documento que comprove que a pessoa física que assina as declarações acima descritas está legalmente habilitada para representar a empresa licitante.

ANEXO V - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Proposta que faz a empresa _____ inscrita no CNPJ (MF) nº _____, localizada _____, CEP _____, fone/fax _____, e-mail: _____, para o REGISTRO DE PREÇOS para eventual fornecimento com instalação de 01 (um) elevador tipo passageiro, sem casa de máquina, com capacidade para 08 (oito) passageiros ou 600 kg, conforme as especificações constantes no Anexo I do Edital (Termo de Referência) e condições estabelecidas na licitação - Pregão Eletrônico nº Pr-e-043/2012 – promovida pelo TRT – 6ª Região (Proc. nº 101/12).

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	PREÇO (R\$)
01	<p>Fornecimento com instalação de 01 (um) elevador tipo passageiros, sem casa de máquinas, com capacidade para 08 (oito) passageiros ou 600 Kg.</p> <p>ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO:</p> <p>a) Quadro de comando com sistema VVVF (variação de velocidade, variação de frequência);</p> <p>b) Cabina em aço inoxidável escovado, botoeira de cabina com botões luminosos, em aço inoxidável de micro movimento com leitura em Braille, anti-vandalismo, indicador digital de posição e direção, sistema de voz indicando posição e direção, ventilador de teto apenas com o elevador em movimento, subteto tipo colméia com estrutura de aço inoxidável e iluminação adequada (lâmpadas Led), corrimão ao fundo em aço inoxidável escovado, piso em granito marrom imperial a ser fornecido e instalado por conta da CONTRATADA, luz de emergência, ramal telefônico interligado a portaria do Fórum e Secretarias das Varas.</p> <p>Botoeiras de pavimentos em aço inoxidável escovado, com botões luminosos de micro movimento, anti-vandalismo, com indicador digital de posição e direção;</p> <p>d) Sistema de no-breaks que permita o deslocamento do elevador até o andar mais próximo em caso de falta de energia elétrica;</p> <p>e) Portas de cabina e pavimentos em aço inoxidável escovado, com abertura lateral e proteção através de barreiras de infra-vermelho;</p> <p>f) Operador de portas com sistema VVVF (variação de velocidade, variação de frequência)</p> <p>g) Indicador de posição digital.</p> <p>h) Equipamento em conformidade com as normas da ABNT, NBR 9050/1994, NM 207/1999, NBR 13994/2000 e NM 313/2007 e atualizações.</p> <p>i) Equipamento deverá possuir URM (Unidade Remota de Monitoramento)</p> <p>j) Carga útil (Kg): 600 (8 passageiros), Largura interna mínima da cabina (mm): 1100, Profundidade interna mínima da cabina (mm): 1400, Abertura lateral mínima da porta (mm): 800, Abertura central mínima da porta (mm): 800, com 02(duas) paradas, térreo e primeiro andar.</p> <p>obs.: Todo o material a ser aplicado, incluindo fios, cabos, tubos de PVC, calhas, disjuntores, barramentos, hastes para aterramento, lâmpadas, etc..., deverão ser fornecidos pela contratada, que será responsável também pela instalação do aterramento que deve ser compatível e exclusivo para o equipamento.</p> <p>obs: Demais especificações constantes no Anexo I deste Termo de Referência.</p>	01	
VALOR GLOBAL DO LOTE R\$			

(*) Concordamos com todas as especificações do Edital.

- PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:
- PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:
- PRAZO DE GARANTIA:
- DADOS BANCÁRIOS COMPLETOS:
- DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA:
- ENDEREÇO E NÚMEROS DE TELEFONE E FAC-SIMILE DO ESCRITÓRIO:

OBSERVAÇÃO:

- 1) A empresa licitante não deverá ser identificada até a conclusão da fase de lances.
- 2) Caso haja necessidade de inclusão de anexos no site do Banco do Brasil, por ocasião da apresentação da proposta, não poderá haver qualquer identificação da empresa licitante nos mesmos, caso contrário, ocorrerá a sua desclassificação.

Local e data:

 (nome do representante legal da empresa)
 (nº do RG do signatário ou outro documento equivalente)
 (nº do CPF do signatário)

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA

DECLARAÇÃO

Pr-e nº 43/2012
Processo nº 101/2012

Declaramos, em atendimento ao previsto no subitem 10.2 do Edital, que eu, _____, portador(a) da RG/CI nº _____ e do CPF nº _____, CREA nº _____, Responsável Técnico da empresa _____, estabelecida no(a) _____, compareci aos edifícios Sede do TRT 6ª Região e vistoriei o local onde serão executados os serviços, objeto da licitação em apreço, tomando plena ciência das condições e grau de dificuldade existentes.

_____, ____ de _____ de 2012.

Assinatura e carimbo do Responsável Técnico da empresa

Visto

Servidor TRT 6ª Região

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Pr-e nº 043/2012 – Processo nº 101/2012.

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ (órgão expedidor: _____) e do CPF nº _____, DECLARA, para fins legais, ser microempresa / Empresa de pequeno porte, nos termos da legislação vigente.

(local e data) _____, ____ de _____ de _____

(representante legal, assinatura)

ANEXO VIII

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos XX dias do mês de XXXX de 2012, no Tribunal Regional do Trabalho – 6ª Região são registrados os preços para eventual fornecimento com instalação de 01 (um) elevador tipo passageiro, sem casa de máquina, com capacidade para 08 (oito) passageiros ou 600 kg, conforme as especificações constantes no Anexo I do Edital (Termo de Referência) e condições estabelecidas na licitação - Pregão Eletrônico nº Pr-e-043/2012 – promovida pelo TRT – 6ª Região (Proc. nº 101/12).

Este registro de preços terá a vigência de 12 (doze) meses, a contar da assinatura da Ata.

LOTE ÚNICO			
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. REGIST.	PREÇO TOTAL (R\$)
01	<p>Fornecimento com instalação de 01 (um) elevador tipo passageiros, sem casa de máquinas, com capacidade para 08 (oito) passageiros ou 600 Kg.</p> <p>ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO:</p> <p>a) Quadro de comando com sistema VVVF (variação de velocidade, variação de frequência);</p> <p>b) Cabina em aço inoxidável escovado, botoeira de cabina com botões luminosos em aço inoxidável de micro movimento com leitura em Braille, antivandalismo, indicador digital de posição e direção, sistema de voz indicando posição e direção, ventilador de teto apenas com o elevador em movimento, subteto tipo colméia com estrutura de aço inoxidável e iluminação adequada, corrimão ao fundo em aço inoxidável escovado, piso em granito marrom imperial a ser fornecido e instalado por conta da CONTRATADA, luz de emergência, ramal telefônico interligado a portaria do Fórum e Secretarias das Varas.</p> <p>1 Botoeiras de pavimentos em aço inoxidável escovado, com botões luminosos de micro movimento, antivandalismo, com indicador digital de posição e direção;</p> <p>d) Sistema de no-breaks que permita o deslocamento do elevador até o andar mais próximo em caso de falta de energia elétrica;</p> <p>e) Portas de cabina e pavimentos em aço inoxidável escovado, com abertura lateral e proteção através de barreiras de infravermelho;</p> <p>f) Operador de portas com sistema VVVF (variação de velocidade, variação de frequência)</p> <p>g) Indicador de posição digital.</p> <p>h) Equipamento em conformidade com as normas da ABNT, NBR 9050/1994, NM 207/1999, NBR 13994/2000 e NM 313/2007 e atualizações.</p> <p>i) Equipamento deverá possuir URM – Unidade Remota de Monitoramento.</p> <p>Obs.: Todo o material a ser aplicado, incluindo fios, cabos, tubos de PVC, calhas, disjuntores, barramentos, hastes para aterramento, lâmpadas, etc..., deverão ser fornecidos pela contratada, que será responsável também pela instalação do aterramento que deve ser compatível e exclusivo para o equipamento.</p> <p>OBS: Demais especificações constantes no Anexo I deste Termo de Referência.</p>	01	
Valor global do lote único:			

Recife, _____ de _____ de 2012

ANDRÉ GENN DE ASSUNÇÃO BARROS
DESEMBARGADOR PRESIDENTE
TRT 6ª REGIÃO

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL
NOME DA EMPRESA VENCEDORA

ANEXO IX

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA AQUISIÇÃO COM INSTALAÇÃO DE 01 (UM) ELEVADOR TIPO PASSAGEIRO, SEM CASA DE MÁQUINAS, PARA O FÓRUM TRABALHISTA DA CIDADE DE PAULISTA/PE.

O **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 02.566.224/0001-90, sediado no Cais do Apolo, nº 739, no Bairro do Recife/PE, CEP: 50.030-902, neste ato representado pelo Ex.mo Sr. Desembargador do Trabalho, Presidente **ANDRÉ GENN DE ASSUNÇÃO BARROS**, brasileiro, magistrado, inscrito no CPF/MF sob o nº 246.733.234-91, residente e domiciliado na cidade de Recife/PE, e a empresa, e a empresa, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, estabelecida na, CEP:, neste ato representada pelo Sr., inscrito no CPF/MF sob o nº, Identidade nº, residente e domiciliado na, CEP:, doravante denominados **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, têm, por mútuo consenso, através do presente instrumento, contratado definitivamente o que a seguir declaram:

DOS FUNDAMENTOS LEGAIS DO CONTRATO

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente contrato fundamenta-se:

- I- No Pregão Eletrônico nº 043/12, na Lei 10.520/02 e nos Decretos nºs 6.204/07, 5.450/05 e 3.931/01, Lei Complementar nº 123/06;
- II- Nos termos propostos pela **CONTRATADA** que simultaneamente:
 - a) Constem no Processo Administrativo **TRT6 nº 101/12**;
 - b) Não contrariem o interesse público.
- III - Nas demais determinações da Lei n.º 8.666/93;
- IV - Nos preceitos de Direito Público; e
- V - Supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado.

DO OBJETO

CLÁUSULA SEGUNDA - O presente contrato tem por objeto o fornecimento com instalação de 01(um) elevador tipo passageiro, com capacidade para 08 (oito) passageiros ou carga de 600 (seiscentos) quilos, sem casa de máquinas, para o Fórum Trabalhista da cidade de Paulista/PE conforme especificações detalhadas no Anexo.

PARÁGRAFO ÚNICO – Todos os serviços deverão ser executados de acordo com o Termo de Referência e especificações técnicas elaboradas pela Coordenadoria de Engenharia de Manutenção - SEMA, bem como a proposta da **CONTRATADA**, que são partes integrantes do presente instrumento independentemente de sua transcrição.

DO REGIME DE EXECUÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA - Os serviços objeto do presente contrato serão executados na forma de execução indireta.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

CLÁUSULA QUARTA - Obriga-se a **CONTRATADA** a :

I – executar os serviços rigorosamente dentro das especificações contidas na proposta técnica apresentada pela **CONTRATADA** para o fornecimento e instalação do equipamento e os demais elementos que integram o instrumento de licitação.;

II – Arcar com os custos dos materiais necessários à execução de todos os serviços, assim como toda mão-de-obra, as obrigações sociais e trabalhistas, os equipamentos indispensáveis que garantam a excelência na execução dos serviços, além da elaboração do projeto técnico e de engenharia relacionado ao equipamento a ser instalado.

III – Fornecer os materiais, peças, componentes e ferramental a serem utilizados na execução dos serviços, que deverão ter registro no INMETRO, quando se tratar de produto que exija o registro.

IV – Utilizar na execução dos serviços profissionais capacitados, visando o bom desempenho dos serviços, supervisionados por um engenheiro;

V – Enviar seus técnicos devidamente uniformizados e identificados quando da realização das manutenções, preventivas ou corretivas;

VI – Prover seus funcionários com os equipamentos de proteção individual (EPI'S) adequados à execução dos serviços objeto do contrato, bem como o ferramental adequado;

VII - Fornecer, a qualquer época, os esclarecimentos e as informações técnicas que venham a ser solicitadas pelo **CONTRATANTE**, sobre os serviços executados, bem como sobre as condições de segurança do equipamento;

VIII – Manter seus empregados ou prestadores de serviços, quando em serviço nas instalações do **CONTRATANTE**, sujeitos às normas disciplinares desta, sem que isto se constitua vínculo empregatício com este Regional.

IX – Executar serviços extraordinários e/ou modificar as especificações somente com autorização da fiscalização do **CONTRATANTE**.

X – Arcar com todos os demais serviços decorrentes dos daqueles contratados, como: traslado de materiais e equipamentos, furação em parede, solda, serragem, pintura, etc. A **CONTRATADA** ficará ainda responsável pelo fornecimento e fixação de todos os avisos relacionados ao uso correto e segurança do equipamento, tudo em conformidade com a legislação pertinente.

XI - Manter na obra um Diário de Ocorrências, fornecido pela **CONTRATADA**, destinado exclusivamente às anotações por parte da mesma e da fiscalização do **CONTRATANTE** sobre o andamento da obra, modificações, solicitações e outras ocorrências previstas em lei. Esse diário é de responsabilidade da **CONTRATADA** e deverá ser entregue à fiscalização do **CONTRATANTE** no ato do início da obra.

XII – Manter na obra as especificações técnicas e demais documentos relacionados com a mesma, para facilitar a fiscalização.

XIII- Remover todo o material remanescente da obra, inclusive entulhos e providenciar a colocação de container's para a devida remoção e descarte. Na execução dos serviços os trabalhadores devem obedecer a política sócio ambiental adotada neste TRT6.

XIV – Elaborar de projeto técnico para instalação do equipamento e ainda agendar junto a CEMA, visita ao local a fim de dirimir possíveis dúvidas quanto ao fornecimento e instalação do equipamento.

XV - Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

DO RECEBIMENTO, DO LOCAL E DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA QUINTA - O objeto será recebido pelo CONTRATANTE:

I - Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do produto com as especificações constantes no Anexo deste instrumento;

II - Definitivamente, no prazo máximo de 05(cinco) dias úteis, após a verificação de qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

PARÁGRAFO ÚNICO - Na ocorrência de imperfeições, vícios, defeitos ou deficiências no serviço, não poderá ser efetuado o seu recebimento provisório ou definitivo, podendo nesse caso, se presente interesses administrativos, ser efetuado o seu recebimento parcial, pelas parcelas realmente executadas a contento, de acordo com a Norma ABNT NBR 5675;

CLÁUSULA SEXTA – O local de execução dos serviços será no Fórum Trabalhista da Cidade de Paulista 1ª e 2ª Varas do Trabalho, sito à rua Sabugi, s/nº, Bairro Nobre, Paulista/PE.

CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo para a execução total e entrega dos serviços, será de 150 (cento e cinquenta) dias corridos, a partir da data liberação da Ordem de Serviço que deverá ser emitida pelo gestor do Contrato;

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A fiscalização da **CONTRATANTE** providenciará o recebimento definitivo, com todas as medições (tensão, corrente, velocidade) tudo de acordo com a legislação pertinente, devendo, quando concluídos os serviços, o local encontrar-se completamente limpo, sem manchas ou crostas de qualquer tipo.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os serviços deverão ser executados de segunda a sexta-feira de acordo com o horário estabelecido pela Convenção Coletiva de Trabalho do Sindicato da Construção Civil. A **CONTRATADA** poderá também efetuar os serviços nos finais de semana ou feriados, desde que devidamente autorizada pela fiscalização do **CONTRATANTE**.

DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

CLÁUSULA OITAVA - Os serviços, equipamentos, peças e componentes, deverão ser garantidos por um período mínimo de 12 (doze) meses, para equipamentos e instalação, conforme NBR NM nº 207 (dez/1999) – Elevadores Elétricos de Passageiros – Requisitos de Segurança para Construção e Instalação, contados a partir do recebimento definitivo do objeto desta contratação e atesto da fatura pela CEMA

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Durante a vigência da garantia que é de no mínimo 12 (doze) meses, as peças, componentes ou quaisquer outros materiais relacionados a obra que porventura venham apresentar defeito, quebra, falha ou avaria, deverão ser imediatamente substituídos pela **CONTRATADA**, sem ônus para o **CONTRATANTE**, incluindo-se também a mão-de-obra.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A empresa a ser **CONTRATADA** deverá efetuar manutenções preventivas através de visitas mensais, enquanto perdurar o período de garantia que é de no mínimo 12 (doze) meses a contar da entrega da obra.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Com relação às manutenções corretivas, a **CONTRATADA** deverá fazer o atendimento dentro do prazo máximo de 01 (uma) hora e em caso de passageiro preso ou acidente esse prazo passa a ser de, no máximo, 30 (trinta) minutos após o chamado técnico, por parte do Gestor do Contrato ou por parte do responsável pela Unidade, devendo ser ressaltado que o equipamento não poderá ficar inoperante e/ou funcionando de forma precária por período superior a 72 (setenta e duas) horas.

PARÁGRAFO QUARTO - Conforme o contido no subitem anterior e visando a agilidade no atendimento, a empresa a ser contratada, deverá comprovar a existência de filial e/ou corpo técnico na Região Metropolitana de Recife.

PARÁGRAFO QUINTO - O não cumprimento dos prazos estabelecidos na presente garantia acarretará uma multa diária equivalente a 0,1% do valor do equipamento.

DA PRESTAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL

CLÁUSULA NONA - A prestação da garantia da execução total e do fiel cumprimento do presente contrato, será efetuada na forma do artigo 56 da Lei 8666/93, ressalvada a opção da modalidade de garantia exercida pela **CONTRATADA**, de conformidade com o §1º do artigo 56 da lei supramencionada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A **CONTRATADA** oferecerá, em até 10 (dez) dias úteis após a data da ciência da assinatura do contrato, uma garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, e com validade para todo o período de sua vigência, cujo comprovante deverá ser apresentado ao Setor de Contratos do Serviço de Licitações e Contratos do **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A garantia será adequada, se ocorrer alteração do valor ou do prazo de vigência do contrato, mantendo-se sempre o percentual supramencionado.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A garantia poderá ser utilizada pelo **CONTRATANTE** para cobrir multas aplicadas pelo **CONTRATANTE** e não recolhidas pela **CONTRATADA**, bem como para corrigir imperfeições verificadas na execução dos serviços e decorrentes de culpa, imperícia ou desídia da **CONTRATADA** e, ainda, possíveis indenizações a terceiros.

PARÁGRAFO QUARTO - O valor da garantia que for utilizado em pagamento de qualquer obrigação ou indenização deverá ser repostado pela **CONTRATADA** no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da notificação.

PARÁGRAFO QUINTO – A garantia deverá ter validade de 03 (três) meses após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação efetivada no contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº. 8.666/93.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

CLÁUSULA DÉCIMA - São obrigações do **CONTRATANTE**:

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados;

II - Manter local disponível para o recebimento dos materiais;

III - Autorizar, quando necessária, a saída de materiais a serem reparados/substituídos na Sede da Contratada;

IV – Notificar, por escrito, a CONTRATADA a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

V - Fornecer atestados de capacidade técnica, quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais;

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A Administração indicará de forma precisa, individual e nominal, agente responsável para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços a serem contratados, a quem competirá as atribuições e responsabilidades do art. 67 da Lei nº. 8.666/93, sem prejuízo das sanções administrativas e penais cabíveis.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA DÉCIMA - O presente contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura, até o término da garantia ofertada pela **CONTRATADA**.

DO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - A **CONTRATADA** terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para entregar o Projeto de Execução e Cronograma físico-financeiro da entrega do equipamento e execução dos serviços, quando então fará jus ao recebimento do valor de 20% (vinte por cento).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os 80% (oitenta por cento) restantes serão divididos da seguinte forma:

I - 30% (trinta por cento) na entrega (local de instalação) de todos os itens necessários a montagem, inclusive todo o equipamento adquirido e objeto do contrato;

II - 50% (cinquenta por cento) restantes, na entrega do equipamento instalado, funcionando, com os acabamentos (civil, elétrico e mecânico) e testes concluídos de manuais/orientações sobre o funcionamento do equipamento e o atesto da fatura, sem ressalvas, pelo CEMA.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Fica vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço.

DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PREÇO - O **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância de R\$, pelo objeto ora contratado.

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – O pagamento será efetuado em parcelas, de acordo com o cronograma físico-financeiro da empresa, em até 05 (cinco) dias após o recebimento da nota fiscal, devidamente atestada pelo Fiscal da Obra, pela Chefia de Fiscalização e Acompanhamento de Obras e pelo gestor do contrato, sem ressalvas, de acordo com os dados bancários indicados pela **CONTRATADA** ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste contrato. De acordo com as normas do Tesouro Nacional a Ordem Bancária terá sua compensação em até 02 (dois) dias úteis.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os pagamentos, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, serão realizados desde que a **CONTRATADA** efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O gestor do contrato atestará a nota fiscal, com ou sem ressalvas, no prazo de até 03 (três) dias úteis a contar do recebimento da mesma;

PARÁGRAFO TERCEIRO - No caso da nota fiscal ser atestada com ressalva de que durante a entrega ou execução dos serviços de instalação ocorreu fato passível de aplicação de penalidades contratual, o **CONTRATANTE** terá o prazo de 20(vinte) dias úteis, após a ciência do fato, para decidir sobre o pagamento.

PARÁGRAFO QUARTO - No ato do pagamento serão retidos na fonte os tributos federais e municipais de acordo com a legislação vigente. Os documentos comprobatórios das retenções ficarão à disposição do interessado na Secretaria de Orçamento e Finanças do **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO QUINTO - Caso a **CONTRATADA** seja optante do SIMPLES, deverá apresentar, junto com a Nota Fiscal, quando do pagamento, cópia autenticada ou original para que seja conferido pelo servidor, do Termo de Opção ou Ficha Cadastral de pessoa jurídica, onde constará a opção; esta última para as empresas constituídas a partir de janeiro de 1997.

PARÁGRAFO SEXTO – Nenhum pagamento será devido à **CONTRATADA** pela execução da garantia prevista neste contrato.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo **CONTRATANTE**, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, terá a aplicação da seguinte fórmula:

EM= $I \times N \times VP$, onde:

EM= Encargos moratórios;

N= Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP= Valor da parcela a ser paga;

I= Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:

I= $\frac{(TX/100)}{a}$ I= $\frac{(6/100)}{365}$ I= 0,0001644

a)

365

TX= Percentual da taxa anual = 6%

PARÁGRAFO OITAVO - O **CONTRATANTE** poderá exigir, a qualquer momento, a comprovação do cumprimento das obrigações mencionadas no item XV da Cláusula Quarta, reservando-se o direito

de reter o valor correspondente aos pagamentos devidos até a regularização das obrigações pendentes.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Os recursos necessários à execução deste contrato correrão por conta do Elemento de Despesa: **4490.51.92** – Instalações; e Programa de Trabalho: 02.061.0571.4256.0001 (Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho).

PARÁGRAFO ÚNICO - Para cobertura das despesas relativas ao presente contrato, foi emitida nota de empenho nº. 2012NE000....., datada de de de 2012, no valor de R\$

DO REAJUSTE

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - O valor do presente contrato é irrevogável.

DA PUBLICIDADE DO CONTRATO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - O **CONTRATANTE** providenciará a publicação do resumo do presente contrato no DOU - Diário Oficial da União.

DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E OUTRAS

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Os empregados e prepostos da **CONTRATADA** não terão qualquer vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**, ocorrendo por conta exclusiva da primeira todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, as quais se obriga a saldar na época devida.

DAS PENALIDADES

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – A **CONTRATADA** que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará sujeito às penalidades constantes da Lei nº 10.520/02, além de poder incorrer em multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado, no caso de inexecução total.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Em se tratando de inexecução parcial do contrato observar-se-á:

I - quando do inadimplemento parcial da obrigação principal, a multa aplicada será de 10% (dez por cento), de forma proporcional à parte inexecutada;

II - quando se tratar de atraso na execução do contrato, na entrega de documentos solicitados pelo **CONTRATANTE** ou qualquer outro descumprimento de cláusula contratual, a multa aplicada será de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia sobre o valor total do contrato até o cumprimento da obrigação principal, a entrega da documentação exigida ou o restabelecimento das condições contratuais, respeitado o limite de 5% (cinco por cento) desse valor e aplicando-se também o disposto no inciso “ I “ deste parágrafo, caso o inadimplemento contratual persista em relação ao mesmo fato.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O valor da multa deverá ser recolhido diretamente à União e apresentado o comprovante ao Setor Financeiro da Secretaria de Orçamento e Finanças do **CONTRATANTE**, no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da notificação, podendo ser abatido de pagamento a que a **CONTRATADA** ainda fizer jus, ou poderá ser cobrada judicialmente, nos termos do § 1º do artigo 87 da Lei 8666/93.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A aplicação da multa a que se refere esta Cláusula não exclui a possibilidade de a Administração rescindir o contrato ou aplicar a suspensão do direito de licitar com a União por um período de até 05 (cinco) anos; sem prejuízo das demais cominações previstas na Lei nº 10.520/02 e, subsidiariamente, na Lei 8.666/93.

PARÁGRAFO QUARTO – A aplicação de qualquer penalidade à **CONTRATADA** será sempre precedida da oportunidade de ampla defesa, na forma da lei.

DA RESCISÃO

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – Constituem, ainda, motivo para rescisão contratual os casos previstos nos artigos 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, atualizada, sem prejuízo das penalidades estabelecidas neste contrato.

DA TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE

CLÁUSULA VIGÉSIMA - Sob nenhum pretexto ou nenhuma forma, a menos que haja concordância, por escrito, do **CONTRATANTE**, cabe a **CONTRATADA** transferir qualquer responsabilidade sua para outrem, seja fabricante, técnico e outros.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - Compete a ambas as partes, de comum acordo, salvo nas situações previstas neste instrumento, na Lei 8.666/93 e noutras disposições legais, realizar por escrito, através de Termo Aditivo, as alterações contratuais que lhe forem convenientes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - Fica eleito o Foro da Justiça Federal do Recife, Seção Judiciária de Pernambuco, para dirimir qualquer litígio oriundo do presente instrumento contratual, que não puderam ser administrativamente solucionados, renunciando, como renunciado têm, a qualquer outro por mais privilegiado que seja, até mesmo se houver mudança de domicílio de qualquer das partes.

E, por estarem justos e acordados, foi o presente instrumento de Contrato Administrativo confeccionado em 03 (três) vias de igual teor e conteúdo, todas para o mesmo fim, que vai assinado pelo **CONTRATANTE** e pela **CONTRATADA**, para que este documento produza todos os efeitos legais e jurídicos.

Recife (PE), de de 2012.

CONTRATANTE

CONTRATADA

VISTO.

DEYSE DAS GRAÇAS PEREIRA DA SILVA MENDES
Coordenadora da CLC/TRT 6ª Região

AURELAIDE DE S. NASCIMENTO MENEZES
Chefe da seção de Contratos/CLC/TRT 6ª Região

ANEXO

ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS PARA A INSTALAÇÃO DO ELEVADOR NO FÓRUM TRABALHISTA DA CIDADE DE PAULISTA-PE

1.1 – ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

a) Quadro de comando com sistema VVVF (variação de velocidade, variação de frequência).

b) Cabina em aço inoxidável escovado, botoeira de cabina com botões luminosos em aço inoxidável de micro movimento com leitura em Braille, anti-vandalismo, indicador digital de posição e direção, sistema de voz indicando posição e direção, ventilador de teto apenas com o elevador em movimento, subteto tipo colméia com estrutura de aço inoxidável e iluminação adequada, corrimão ao fundo em aço inoxidável escovado, piso em granito marrom imperial a ser fornecido e instalado por conta da CONTRATADA, luz de emergência, ramal telefônico interligado a portaria do Fórum e Secretarias das Varas.

c) Botoeiras de pavimentos em aço inoxidável escovado, com botões luminosos de micro movimento, anti-vandalismo, com indicador digital de posição e direção.

d) Sistema de no-breaks que permita o deslocamento do elevador até o andar mais próximo em caso de falta de energia elétrica.

e) Portas de cabina e pavimentos em aço inoxidável escovado, com abertura lateral e proteção através de barreiras de infravermelho.

f) Operador de portas com sistema VVVF (variação de velocidade, variação de frequência).

g) Indicador de posição digital.

h) Equipamento em conformidade com as normas da ABNT, NBR 9050/1994, NM 207/1999, NBR 13994/2000 e NM 313/2007 e atualizações.

i) Carga útil (Kg): 600 (8 passageiros).

j) Largura interna mínima da cabina (mm): 1100.

k) Profundidade interna mínima da cabina (mm): 1400.

l) Abertura lateral mínima da porta (mm): 800.

m) Abertura central mínima da porta (mm): 800.

OBS.: Todo o material a ser aplicado, incluindo fios, cabos, tubos de PVC, calhas, disjuntores, barramentos, hastes para aterramento, lâmpadas, etc..., deverão ser fornecidos pela contratada, que será responsável também pela instalação do aterramento que deve ser compatível e exclusivo para o equipamento.